

Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA

Bruna Rezende Pereira

**Transtornos mentais comuns entre docentes da educação básica: uma
revisão da literatura**

Varginha-MG

2023

Bruna Rezende Pereira

**Transtornos mentais comuns entre docentes da educação básica: uma
revisão da literatura**

Trabalho de Conclusão do Programa Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão (PIEPEX) apresentado como parte dos requisitos para o curso Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas, campus de Varginha.

Orientadora: Prof^ª Dra. Virgínia Donizete de Carvalho.

Coorientador: Prof^ª Mestre. Iris Carmen Pinheiro Rodrigues.

Varginha-MG

2023

Bruna Rezende Pereira

**Transtornos mentais comuns entre docentes da educação básica: uma
revisão da literatura**

A banca examinadora abaixo-assinada aprova o Trabalho de Conclusão do PIEPEX apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas.

Aprovada em: ___/___/_____

Prof.^a Dra. Virgínia Donizete de Carvalho (orientadora)

Instituição: Universidade Federal de Alfenas - Campus Varginha

Assinatura: _____

Prof.^a Mestre. Iris Carmen Pinheiro Rodrigues (coorientadora)

Instituição: Universidade Federal de Alfenas - Campus Varginha

Assinatura: _____

Prof.^a Dra. Luciene Resende Gonçalves

Instituição: Universidade Federal de Alfenas - Campus Varginha

Assinatura: _____

Prof. Dr. Vinicius de Souza Moreira

Instituição: Universidade Federal de Alfenas - Campus Varginha

Assinatura: _____

Dedico meu Trabalho de Conclusão de PIPEX a Deus, que sempre mostrou estar presente. Ao meu pai, que me ajudou em todo curso, e hoje não se encontra mais em vida, mas está vivo em meu coração, assim como em meu diploma, eternamente. A minha mãe, que sempre me ajudou a superar momentos difíceis. E aos meus professores, que foram muito mais que professores, foram e sempre serão amigos queridos, que terei eternamente em minha essência profissional, se não fossem eles, hoje não estaria aqui.

RESUMO

Os Transtornos Mentais Comuns tem sido cada vez mais frequentes de se notarem, em algumas profissões, especialmente na área da educação, mostrando ser um problema de saúde pública que tende a afetar, não somente o bem-estar dos trabalhadores, mas também o seu desempenho profissional. Assim, este trabalho teve como objetivo descrever a literatura nacional, nos últimos 10 anos, que aborda a ocorrência de Transtornos Mentais Comuns entre docentes da educação básica. Para isso, a metodologia utilizada foi a revisão de literatura realizada por meio de um levantamento de artigos publicados em periódicos sobre o tema, entre os anos 2013 e 2023, disponíveis nas bases de dados Scielo e Lilacs. A partir do método utilizado, foi possível trazer conteúdos importantes sobre a temática. Os resultados indicam um índice alto de TMC em docentes, principalmente, em profissionais que atuam em mais de uma escola e que os locais de trabalho se mostram relacionados à ocorrência desse tipo de adoecimento psíquico.

Palavras-chave: Transtornos Mentais Comuns; Docentes; Educação Básica.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 REFERENCIAL TEÓRICO	8
2.1 TRANSTORNOS MENTAIS COMUNS.....	8
2.2 TRANSTORNOS MENTAIS COMUNS NA CATEGORIA DOCENTE.....	10
3 METODOLOGIA	12
4 REVISÃO DE LITERATURA	12
4.1.1 CEBALLOS E SANTOS (2015).....	13
4.1.2 BALDAÇARA et al. (2015).....	14
4.1.3 DIEHL E MARIN(2016).....	
4.1.4 LIMA, COELHO E CEBALLOS (2017).....	15
4.1.5 TOSTES et al. (2018).....	16
4.1.6 ALBUQUERQUE et al. (2018).....	17
4.1.7 MACHADO E LIMONGI (2019).....	18
4.1.8 SANTOS et al. (2019).....	18
4.1.9 COLEDAM E SILVA (2020).....	19
4.1.10 SANTOS, ESPINOSA E MARCON (2020).....	20
4.1.11 BRUN, MONTEIRO E ABS (2021).....	21
4.1.12 COLEDAM et al. (2021).....	22
4.1.13 PINHO et al. (2021).....	23
4.1.14 ABREU E JUNIOR (2022).....	24
4.1.15 COLEDAM et al. (2022).....	25
4.2 AGENDA DE ESTUDOS FUTUROS.....	26
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS	

1 INTRODUÇÃO

Os docentes em seu campo de atuação possuem o papel de transmitir às novas gerações o conhecimento já produzido pelo ser humano, para desenvolvimento da sociedade em diversos fatores, porém sofrem constantemente com desafios. Entre os desafios, pode-se citar salas superlotadas, violência, não reconhecimento de seu trabalho, sobrecarga no trabalho, falta de suporte em sala de aula, entre outros. Os fatores citados podem causar o adoecimento psíquico, que se manifesta através de sintomas como ansiedade, depressão, entre outros, por exemplo. Todos os sintomas mencionados, com o tempo e falta de tratamento adequado, podem vir a desenvolver sintomas, como sofrimento e suas causas precisam ser investigadas (PETTERLE et al, 2018).

A categoria docente é altamente atingida pelos denominados Transtornos Mentais Comuns (TMC), que é uma das formas de adoecimento psíquico, que tem como característica a dificuldade de concentração, a irritação, ansiedade, depressão, entre outros motivos que acarretam desdobramento de cunho biológico, cultural, social, político e econômico.

Devido ao sofrimento constante observado nesta categoria, é necessária a investigação sobre quais são os fatores que causam ou que estão associados ao desenvolvimento de algum transtorno entre a categoria docente. Alguns estudos de referência, dentre eles, a pesquisa de Prochnow (2015) e Limongi (2019), que tiveram como tema de investigação a prevalência de TMC em escolas públicas, em especial em escolas municipais e sob a perspectiva do sexo dos entrevistados. Os principais resultados indicaram que o sexo feminino é o mais afetado. Além disso, havia menção sobre vinculação afetiva no trabalho e experiências de violência contra os professores (PROCHNOW, 2015; LIMONGI, 2019).

Importante ressaltar que, em geral, as pesquisas sobre o tema são realizadas a partir de questionários avaliativos cujo intuito é compreender como os docentes se sentem perante determinados fatores, por exemplo humor, decréscimo de energia vital, pensamentos depressivos, além de idade, sexo, escolaridade, fumante ou não fumante, entre outros que estão relacionados à sua atividade dentro de salas de aulas, sendo todos os sintomas interligados ao desenvolvimento de TMC (PROCHNOW et al., 2015).

Pode-se dizer que as consequências dos sintomas mencionados, além de todo sofrimento psíquico, atingem por completo a vida do docente e sua atuação dentro da sala de aula, causando desgaste em sua atuação, no desenvolvimento de suas aulas e nas relações com outros professores. A escola é um ambiente onde ocorre o desenvolvimento de alunos e professores. No entanto, quando o docente tem sintomas de TMC, a interação com todo o

ambiente escolar acaba sendo comprometida e pode ficar disperso, ter crises de ansiedade, não sentir que pertence àquele espaço etc. Tais situações podem, ainda, fazer com que o docente se sinta incapaz de realizar as ações do dia a dia (CEBALLOS et al., 2017).

Em decorrência disso, as discussões sobre a condição mental de um professor são importantes, para que, em casos de Transtornos Mentais Comuns, ocorra a orientação adequada que seja capaz de minimizar os sintomas e consequências desses transtornos. No entanto, essas discussões são capazes de auxiliar os docentes no sentido de uma saúde mental adequada ainda é algo que não é amplamente difundido (LIMONGI; MACHADO, 2019).

Por isso, é importante que todas as áreas sejam investigadas e que ocorra a orientação correta diante de um diagnóstico de TMC. Ressalta-se a importância de investir em estudos específicos demonstrando a verdadeira face desta patologia e o quão importante é o desenvolvimento de programas que orientem e ajudem os docentes na sua descoberta precoce.

Assim, foi objetivo deste estudo analisar a literatura nacional que aborda a ocorrência de Transtornos Mentais Comuns entre docentes da educação básica. Para isso, foi realizado um levantamento de artigos publicados em periódicos sobre o tema entre os anos 2012 e 2023, disponíveis nas bases de dados Scielo e Lilacs.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TRANSTORNOS MENTAIS COMUNS

Transtornos Mentais Comuns (TMC) referem-se a um tipo de adoecimento psíquico que pode estar relacionado à exigência sofrida em ambientes que expõem profissionais a condições de risco, incluindo o ambiente de trabalho. Este tema, por sua vez, vem sendo discutido em diversos estudos, pois houve um aumento significativo do número de trabalhadores que vem sofrendo com este mal, principalmente nos últimos 10 anos analisados, e como esse mal pode gerar desde sintomas mais leves, como até mesmo o afastamento de alguns profissionais.

Esta patologia engloba quadros clínicos nos indivíduos que o adquirem, como podemos observar em Limongi e Machado (2019):

O transtorno mental é uma síndrome caracterizada por perturbação clinicamente significativa na cognição, na regulação emocional ou no comportamento de um indivíduo. Tal comportamento reflete uma disfunção nos processos psicológicos, biológicos ou de desenvolvimento subjacentes ao funcionamento mental (LIMONGI; MACHADO, 2019, p.326).

Porém, o que poucos sabem é que as doenças mentais são caracterizadas de duas formas: transtornos mentais comuns, que causam esgotamento emocional, irritação, insônia, entre outros, e aquelas que levam a sintomas mais graves, ou seja, sintomas psicóticos como depressão, transtorno afetivo bipolar, entre outros mais graves (PAULA, 2017).

Os TMC são difíceis de serem identificados, pois englobam sintomas relacionados ao estado sentimental do indivíduo. Pode-se citar alguns deles, como ansiedade, preocupação somática, etc. Desta forma, é necessário a realização de um diagnóstico para a descoberta da patologia.

Os TMC podem, também, causar alterações no quadro de humor e pensamentos, levando à angústia permanente e tristeza excessiva. Além de acarretar problemas no quesito cultural, social, laboral e ocupacional, pois, para os trabalhadores atuarem, necessitam de preparo e dedicação (LIMBORÇO et al., 2019).

Os estudos têm mostrado que os professores sofrem com TMC em índices mais altos do que outras categorias profissionais, estando relacionados ao ambiente de trabalho, visto que a cobrança aumenta, conforme a valorização diminui (PETTERLE et al., 2018). Identificar que existe uma reestruturação produtiva que afeta diretamente o cotidiano do professor e modifica seu perfil epidemiológico significa compreender que tem ocorrido uma mudança em relação às doenças ocupacionais. Essas, que antes eram causadas por questões musculoesqueléticas e disfonias, vem se alterando para incluir desgastes emocionais, dentre os quais os transtornos mentais ocorrem em maior índice do que outras patologias (LIMONGI et al., 2019).

Atualmente existem alguns questionários que detectam os TMC, como o Self-Report Questionnaire-20 (SRQ-20) e o Questionário de Saúde Geral (QSG). Este último possui 60 questões e, em diversos casos, utiliza-se a sua versão encurtada, que possui 12 questões (QSG-12). Tratam-se de instrumentos diferentes, utilizados para detecção do adoecimento psíquico, resultantes dos Transtornos Mentais Comuns (TMC).

O SRQ-20 permite que seja detectado de forma precoce os sinais e sintomas que comprometem a saúde mental. Este questionário é autorizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS). O questionário possui 25 questões, em que 20 são relacionadas a sintomas não psicóticos, porém a versão em português adotou somente as 20 primeiras questões para seu uso (SILVA et al., 2011).

O Questionário de Saúde Geral (QSG-12) foi criado por Goldberg entre 1972 e 1978, para fins de exame de saúde mental nos indivíduos, que se estendeu aos estudos ocupacionais. Vale ressaltar, que possui consolidada a aplicação, e esta permite que seu uso seja realizado em pesquisas sobre saúde mental e trabalho (NORTE et al., 2020).

Muitos acreditam que se trata de uma quantidade pequena de pessoas com patologias mentais e, geralmente, a pessoa que possui algum distúrbio é visto com maus olhos, como um profissional inadequado e impossibilitado de atuar, mesmo que ainda possua pouco investimento nesta área da saúde (SANTOS; SIQUEIRA, 2010).

Sendo assim, os TMC muitas vezes não são tratados porque a sociedade atribui que quem possui tal patologia é alguém que não consegue ter controle de si mesmo. Porém, o que não é visto é que o que causa a patologia pode estar interligado diretamente ao trabalho que a pessoa possui e suas condições, quando estas contribuem para o início e evolução dos casos.

2.2 TRANSTORNOS MENTAIS COMUNS NA CATEGORIA DOCENTE

Pode-se observar atualmente como a categoria docente é uma das que mais sofrem desafios, pois ficam expostos diariamente a conflitos e exigência diárias. Estes desafios, por diversas vezes, atingem tanto a parte física do indivíduo quanto sua parte mental.

O fato de que os professores sofrem constantemente com mudanças em seu papel dentro das salas de aula, interferem de forma direta no restante de sua vida. Em sua maioria, os docentes relatam que o sofrimento mental é um dos fatores que mais os atormenta, depois delas são apontadas patologias osteomusculares e otorrinolaringológicas (PETTERLE et al., 2018).

Os estudos junto a docentes para detecção dos TMC têm sido priorizados, pois trata-se de um problema de saúde mental, que pode acarretar complicações em sua vida profissional, e em muitos casos, necessita de acompanhamento médico na vida pessoal.

Estudos anteriores utilizaram questões, que investigaram o sofrimento e as dimensões psicossociais no ambiente de trabalho causadoras dos TMC. Relacionado ao adoecimento do trabalhador, inclui a demanda que este sofre no trabalho, em conjunto com as características que o trabalho possui (SILVA et al., 2011).

Como qualquer outro trabalhador, o docente possui riscos em seu campo de atuação: salas superlotadas, atuação em mais de duas ou três classes e em mais de uma escola. Isto causa sobrecarga no trabalho, e fora deste, pois acaba que, ao sair do campo de atuação, este tem obrigações a serem realizadas em casa, para que o trabalho não se acumule, o que leva a maior exaustão.

Quando o profissional docente possui boas condições para atuar e desenvolver suas aulas e assistir seus alunos, o mesmo gera satisfação e vontade de crescimento, pois está bem psicologicamente e fisicamente. O profissional que não possui condições favoráveis para tal ação tem maiores chances de desenvolver distúrbios mentais sejam eles normais ou psicóticos (PROCHNOW et al., 2015).

A literatura aponta que é comum o desenvolvimento dos TMC entre professores atuantes em escolas públicas, onde a jornada de trabalho é excessiva, o salário é baixo, a possibilidade de sofrer violência é alta. Muitos alunos acabam não possuindo, muitas vezes, disciplina, em alguns casos os pais não intervêm, e a escola não dá suporte. Observa-se uma crescente desta patologia, não somente no Brasil, como em outros países, como Tunísia com 40,5% de prevalência de TMC entre docentes e Chile, onde esse número chega a 58%. O Brasil fica com porcentagem que varia de 31% a 41% (SILVEIRA et al., 2021).

Com estes dados, pode-se observar como os TMC estão cada vez mais recorrentes. Conforme acompanhamento em estudos, pode ser visto que o agravamento das doenças mentais ocorre mais ao final do ano letivo, quando o docente encontra-se com cansaço generalizado. Problemas vocais, níveis de irritação e impaciência elevadas, ou seja, um desgaste mental maior em conjunto com sintomas físicos, que tendem a causar um mal-estar generalizado (CARVALHO; ARAÚJO, 2009).

Visto que, em alguns casos, a valorização dos professores diminui, conforme a cobrança para que a escola cumpra funções que antes eram da família. Desta forma, é possível visualizar que o professor assume diversas funções, que ultrapassam suas ações e deveres do seu trabalho, deixando uma visão de profissional desqualificado e sobrecarregado (PETTERLE et al., 2018). Verifica-se também, que a saúde mental atinge diretamente a

estrutura educacional e a qualidade do ensino, pois reduz a produtividade do docente, cria situações conflituosas e pode gerar afastamentos (LIMONGI et al., 2019).

Alguns estudos relatam que os docentes, muitas vezes, necessitam utilizar medidas terapêuticas para lhe auxiliar no sono, atentando-se que alterações no sono são um alerta inicial na sintomatologia dos Transtornos Mentais Comuns, acompanhados de ansiedade, cansaço, irritabilidade e esgotamento mental (LIMONGI; MACHADO, 2019).

Além de sintomas emocionais, o indivíduo pode adquirir hábitos não saudáveis que propagam o desenvolvimento de outros sintomas somáticos aos descritos acima. O consumo de álcool e fumo intensifica o desenvolvimento de sintomas depressivos, e o aumento do esgotamento mental e da falta de energia para realizar ações no dia a dia (SIQUEIRA; SANTOS, 2010).

Os docentes, ao relatarem sintomas como os descritos anteriormente, podem ter esse quadro relacionado às condições de trabalho que esses profissionais possuem (CEBALLOS et al., 2017). Como a docência é um desafio nos dias atuais, têm sido desenvolvidas diversas pesquisas sobre a saúde dos professores, além de mostrar que se trata de uma área exposta constantemente a riscos psicológicos. Devido a estes fatores e com base em pesquisas será realizada uma revisão de literatura, por meio de levantamento de publicações sobre o tema, para melhor compreensão das condições de prevalência dos TMC entre docentes.

3 METODOLOGIA

Por se tratar de um estudo de revisão sistemática, sobre Transtornos Mentais Comuns em docentes da educação básica, realizou-se uma revisão bibliográfica em que foi feito um levantamento de artigos publicados entre os anos (2013-2023), nas bases de dados Scielo e Lilacs, que relatam informações importantes sobre os aspectos que causam esta patologia em docentes que atuam em categorias nos níveis de ensino fundamental e médio. Foi então realizado, uma análise com base nos objetivos dos artigos e nos resultados encontrados por eles.

Foram utilizados para a busca as seguintes palavras-chave: TMC, Distúrbios Psíquicos Menores, Distúrbios Psíquicos e Transtornos Mentais Comuns. A partir do levantamento realizado, nos últimos 5 meses, foram identificados ao todo 24 artigos. Desses, 15 foram selecionados e todos eles interligam diretamente os Transtornos Mentais Comuns ao corpo

docente. Para a seleção dos 15 artigos, foram excluídos os que não retratavam especificamente Transtornos Mentais Comuns entre professores da educação básica, como definido nesta pesquisa.

Já para a análise dos artigos, foram utilizados critérios, como a identificação dos objetivos e principais resultados encontrados pelos estudos. Buscou-se também observar o referencial teórico adotado e os métodos utilizados para o alcance dos resultados.

4 REVISÃO DE LITERATURA

Nos tópicos abaixo foram feitas as revisões. Para organizar, seguiu-se o modelo de Pires (2022), que estruturou os estudos em tópicos únicos e do mais antigo até o mais novo.

4.1.1 CEBALLOS E SANTOS (2015)

O estudo “Fatores associados à dor musculoesquelética em professores: Aspectos sociodemográficos, saúde geral e bem-estar no trabalho” de Ceballos e Santos (2015) teve o objetivo de analisar a prevalência de dor musculoesquelética em professores, considerando a sua ocorrência segundo aspectos sociodemográficos, saúde geral e bem-estar no trabalho.

O referencial teórico do estudo indica que a saúde dos professores tem relação com o dia a dia do trabalho e que existem 3 tipos mais comuns de adoecimento, os quais são os transtornos mentais e comportamentais, as dores musculoesqueléticas (chamadas de DME) e também doenças respiratórias. O estudo diz que a DME é o adoecimento mais comum entre os professores.

Eles realizaram um estudo de corte transversal, com levantamento de dados entre agosto e outubro de 2011, envolvendo professores do ensino fundamental e infantil da cidade de Jabotão dos Guararapes, e coletaram os dados com questionários que abordaram aspectos sociodemográficos, condições de trabalho, saúde geral, transtornos mentais comuns e bem-estar no trabalho.

Em relação aos resultados do estudo, observou-se que a maioria dos professores sentiam dores musculoesqueléticas, com mais frequência nos ombros, costas, pescoço e partes inferiores, todas relacionadas a fatores sociodemográficos, de saúde (tanto física quanto mental) e questões de qualidade e bem estar no trabalho.

Sobre as limitações e sugestões, o estudo diz que talvez outros professores que não estiveram presentes no estudo poderiam justamente estarem afastados por problemas de saúde. Esse fato pode então ter subestimado a análise. O estudo também recomendou que fossem analisadas questões biológicas, ergonômicas, ocupacionais e psicossociais e recomendou práticas para a melhora do conforto no ambiente de trabalho.

4.1.2 BALDAÇARA et al. (2015)

O estudo “Sintomas psiquiátricos comuns em professores das escolas públicas de Palmas, Tocantins, Brasil: Um estudo observacional transversal” de Baldaçara et al. (2015) teve o objetivo de avaliar a prevalência de sintomas psiquiátricos mensurada por meio da escala Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20), que sugeria o diagnóstico de transtornos psiquiátricos em professores de escolas públicas em Palmas, Tocantins, em 2012.

O referencial teórico do estudo apontou que os professores estão sob grande risco de estresse físico e mental devido às dificuldades materiais e psicológicas do seu trabalho.

Eles realizaram um estudo observacional transversal aplicando o SRQ-20 junto a 110 professores municipais de Palmas, randomicamente selecionados por uma lista de funcionários da Secretaria Municipal de Educação.

Em relação aos resultados do estudo, foi identificado que quase metade dos professores possuíam transtorno mental e necessidade de tratamento. Essa constatação foi condizente com os estudos observados pelos autores, que também indicavam esse resultado. Sobre as limitações e sugestões, o estudo entende que o conhecimento sobre essas doenças não é bom o bastante. É um tema que ainda apresenta falhas de diagnóstico e estatísticas, sendo necessária uma atenção a estes profissionais. Outros estudos deveriam focar no impacto de ações de prevenção desse adoecimento.

4.1.3 DIEHL E MARIN (2016)

O estudo “Adoecimento mental em professores brasileiros: revisão sistemática de literatura” de Diehl e Marin (2016) teve o objetivo de sistematizar as produções científicas nacionais, publicadas entre 2010 a 2015, com o intuito de identificar os principais sintomas e/ou adoecimentos psíquicos entre professores brasileiros.

O referencial teórico do estudo abordou a discussão de que os professores brasileiros

estão inseridos em um contexto marcado por condições sociais e econômicas diferentes dos outros países. No contexto brasileiro, também existe a influência de políticas públicas educacionais que afetam o dia a dia desses profissionais. O ambiente de trabalho do professor brasileiro é marcado por grandes exigências e responsabilidades e poucas condições de bem estar no trabalho, o que gera o adoecimento dessa categoria de trabalhadores.

Eles utilizaram como metodologia a revisão sistemática seguindo o protocolo Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA), utilizando palavras-chave específicas em 5 bases de dados, sendo elas a Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde, a Index Psi, a Scientific Electronic Library Online, a Educ@ e a Periódicos Eletrônicos de Psicologia. Com essas buscas, eles encontraram os artigos para realizar a revisão sobre o assunto.

Em relação aos resultados do estudo, eles encontraram que os professores estão expostos a estressores ocupacionais semelhantes, independentemente do nível de ensino em que o professor atue. Esses problemas são causados por transformações sociais, reformas educacionais e implantação de novos modelos pedagógicos. Os professores da educação básica são os que mais possuem exigências de trabalho e estão trabalhando em ambientes complicados. Os principais problemas estão relacionados à falta de reconhecimento, ambiente escolar e conflitos com alunos.

Sobre limitações e sugestões, o estudo diz que existe uma limitação no retorno de artigos por causa do rigor em seguir apenas o que os descritores e operadores booleanos e os filtros utilizados retornam. Então seria importante fazer buscas com outras palavras-chave, já que o tema é amplo.

4.1.4 LIMA, COELHO E CEBALLOS (2017)

O estudo “Violência na escola e transtornos mentais comuns em professores” de Lima, Coelho e Ceballos (2017) teve o objetivo de analisar a associação entre a violência na escola e os transtornos mentais comuns (TMC) nos professores.

De acordo com o referencial teórico do estudo, a violência na escola fragiliza os professores, podendo desencadear problemas de saúde física e mental nestes profissionais, sendo os TMCs os mais comuns nessa categoria profissional.

A metodologia adotada foi de estudo exploratório, de corte transversal, estudando 525 professores de Escolas da Rede Pública de um município da Região Metropolitana do Recife. Coletaram os dados por meio de uma entrevista com os professores, que responderam a um

questionário contendo questões sociodemográficas, profissionais, de ambiente de trabalho, violência na escola e saúde. Para avaliação dos TMC foi aplicado o Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20).

Em relação aos resultados do estudo, foi constatado que a prevalência de TMC foi de 37,1%. Esse valor, de acordo com os autores, estaria dentro do esperado em relação a outros estudos. Constatou-se que as violências sofridas como agressão física e a agressão verbal, ameaças com ou sem armas, tráfico e o consumo de drogas na escola estavam associados à presença de TMC. Os autores apontaram a necessidade de se investir em saúde mental e segurança e também de se considerar a realidade da escola e da sociedade que se encontra no seu entorno.

Sobre limitações e sugestões, o estudo nos diz que houve uma limitação do recorte transversal, de modo que não se teve uma sequência temporal dos casos. Também deixaram em anônimo as escolas dos participantes, então não se sabe sobre quais escolas estão vivenciando os problemas identificados. Eles sugerem que o debate sobre o assunto continue sendo feito para aumentar o conhecimento das pessoas sobre o tema.

4.1.5 TOSTES et al. (2018)

O estudo “Sofrimento mental de professores do ensino público” de Tostes et al. (2018) teve o objetivo de conhecer a prevalência de sofrimento mental nos professores da rede pública do Paraná e sua associação com alguns aspectos do trabalho docente no estado.

Conforme abordado no referencial teórico, haveria uma relação entre a precariedade das condições de trabalho e a ocorrência de problemas de saúde, em especial na categoria de professores, com destaque para os problemas relacionados ao sofrimento mental.

A metodologia utilizada foi de um estudo transversal, com aplicação de questionários disponibilizados por meio de redes sociais, e-mails, panfletos, cartazes e contato direto, aos professores da rede estadual de educação do Paraná. Não colocaram filtro para a seleção dos professores. A coleta ocorreu entre janeiro de 2014 e março de 2015, contendo questões demográficas e do assunto em questão. Os questionários adotados foram o Self-Report Questionnaire-20 (SRQ-20), o inventário de ansiedade de Beck e o inventário de depressão de Beck. Os dados obtidos foram analisados por meio de técnicas estatísticas.

Em relação aos resultados do estudo, 29,73% dos professores relataram alguma forma de adoecimento mental, como depressão ansiedade e estresse, em segundo lugar, apareceram as doenças osteomusculares, como tendinites e lombalgias, com 23,98%, doenças

otorrinolaringológicas estiveram presentes em 10,07% dos docentes. O percentual de professores com DMP encontrados neste estudo foi de 75,27%, sendo bem superior ao estimado pela OMS, que é de 30% e maior que o encontrado em outros estudos. O estudo concluiu que os professores estaduais e professores são os que mais sofrem, sendo que o excesso de trabalho e pressão influenciam no adoecimento.

Sobre limitações e sugestões, o estudo nos diz que é preciso discutir mais sobre esse problema, investigar outros fatores que possam causar o adoecimento, pois o tema é muito mais complexo do que o que foi discutido no estudo.

4.1.6 ALBUQUERQUE et al. (2018)

O estudo “Exploração e Sofrimento mental de professores: um estudo na rede estadual de ensino do Paraná” de Albuquerque et al. (2018) teve o objetivo de analisar o sofrimento mental docente como expressão particular de seu modo de vida, levados muitas vezes, pelas regras do capitalismo.

Conforme é apresentado no referencial teórico, há uma relação entre o grau de exploração do professor e o sofrimento mental. Com base nessa concepção, o estudo pretendeu fornecer subsídios para a proposição de ações de melhoria das condições de trabalho, com vistas à redução dos níveis de sofrimento mental relacionados à docência.

A metodologia utilizada envolveu um levantamento transversal de dados atinentes ao sofrimento mental dos professores, relacionando-os com sua exploração no trabalho. Participaram 1.201 professores da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, chamados pelo sindicato dos professores, jornais e rádios. Os questionários aplicados foram o SRQ-20 e outro questionário próprio do estudo, considerando carga horária semanal, o total de horas-aula, o número de turmas e o número médio de alunos por turma.

Em relação aos resultados do estudo, as questões de carga horária semanal, número de alunos por turma e número de turmas por professor apresentaram associação com transtornos psíquicos menores. A associação de número de alunos por turma com a presença de transtorno psíquico menor foi estatisticamente significativa. Concluiu-se que a prevalência de casos indicativos de distúrbios psíquicos é muito elevada entre os professores, havendo indícios de associação com diversas formas de exploração no trabalho docente. Os resultados se mostraram coerentes com outros estudos que apontaram adoecimento mental geral crescente entre trabalhadores.

Sobre limitações e sugestões, o estudo nos diz que existem problemas em olhar esses

resultados e adoecimentos de forma isolada, pois as doenças são causadas por muitos fatores, muitos deles difíceis de serem diagnosticados. A resolução desses problemas deve passar por mudanças estruturais, pois a vida pessoal e profissional fazem parte da mesma pessoa, que passa por diversas questões no dia a dia.

4.1.7 MACHADO E LIMONGI (2019)

O estudo “Prevalência e fatores relacionados a transtornos mentais comuns entre professores da rede municipal de ensino, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil” de Machado e Limongi (2019) teve o objetivo de detectar a prevalência de TMC entre docentes de ensino fundamental da rede pública municipal do município de Uberlândia (MG) observando suas relações com questões sociodemográficas, de saúde e questões de trabalho dos indivíduos participantes.

O referencial teórico do estudo aborda a relação entre os TMC e as características sociodemográficas, de saúde e ocupacionais de professores, indicando que a carga e as condições de trabalho e as questões extras (como tarefas domésticas) dos professores podem influenciar na presença de TMC.

O estudo desenvolvido foi de corte transversal, com uma amostra aleatória de 330 professores, de 36 escolas. A coleta dos dados foi feita utilizando-se o General Health Questionnaire-12 (GHQ- 12) e um questionário estruturado com questões relativas aos possíveis fatores de risco e proteção no desenvolvimento de TMC.

Em relação aos resultados do estudo, foi apontada alta prevalência de TMC, com destaque para as professoras, que apresentaram risco de ter tais transtornos 2,6 vezes maior que os homens (condizente com o estudo de Tostes et al. (2018)). Os motivos indicados pelos autores seriam a carga extra de trabalho que é colocada para o público feminino, com tarefas domésticas e maternas. Verificou-se a presença de TMC em pessoas que sofreram violências no ambiente escolar, professores com grande carga de trabalho. O estudo identificou também que as condições do ambiente de trabalho influenciam na ocorrência de TMC e a existência de uma relação entre TMC e uso de remédios para o sono.

Sobre limitações e sugestões, o estudo diz que a ideia foi mapear, por meio do GHQ-12 a presença de TMCs e um diagnóstico mais preciso dos transtornos que deve ser realizado por profissionais da área. Também não se verificou afastamento do trabalho por licenças médicas ocorridas pelo distúrbio e o abandono da profissão de professor pela condição de sofrimento gerada pelos transtornos.

4.1.8 SANTOS et al. (2019)

O estudo “Fatores associados à insatisfação com a saúde de professores do ensino fundamental” de Santos et al. (2019) teve o objetivo de avaliar os fatores associados à insatisfação com a saúde em professores do ensino fundamental da rede pública.

O referencial teórico do estudo discute a preocupação quanto ao crescente adoecimento de professores, com destaque para a prevalência de TMC e o fato de que os professores têm autoavaliado sua saúde como ruim. Aponta também que é uma área que precisa ser mais estudada e destaca a importância da enfermagem no cuidado da saúde desses profissionais e sua implementação em escolas.

Na metodologia é indicado que se tratou de um estudo transversal, realizado junto a 403 professores de uma capital do Centro-Oeste, em 2017. Os dados foram coletados por um questionário autoaplicável, composto por vários instrumentos validados (como o SRQ-20) e questões adicionais e a análise foi desenvolvida por meio de procedimentos estatísticos.

Em relação aos resultados do estudo, identificaram associação entre insatisfação com a saúde e TMC e que existiam sintomas osteomusculares e distúrbios de voz. Os professores relataram não ter tempo para a realização de todas as tarefas (excesso de carga e pouco tempo disponível) e também relataram não ter tempo para cuidar da saúde individual. A violência no ambiente escolar também influenciou a presença de TMC.

Sobre limitações e sugestões, tem-se que por utilizar o corte transversal na coleta dos dados não foi possível afirmar a relação direta de causalidade entre as variáveis estudadas. O efeito do trabalhador sadio também influenciou a pesquisa, já que só participaram aqueles que estavam trabalhando, sendo que os afastados poderiam estar mais doentes do que aqueles que seguiam trabalhando adoecidos. O estudo destacou também que existe uma falta de pesquisas sobre autoavaliação e insatisfação com a saúde.

4.1.9 COLEDAM E SILVA (2020)

O estudo “Uso de medicamentos prescritos em professores do ensino fundamental: prevalência e fatores associados” de Coledam e Silva (2020) teve o objetivo de verificar a prevalência e analisar os fatores associados ao uso de medicamentos em professores.

Conforme consta no referencial teórico, as condições de trabalho influenciam a saúde das pessoas, pois passamos um terço do dia trabalhando. Os estudos dizem que os professores

sofrem em especial com isso, pois existe uma gama de tarefas diferentes e uma grande carga de trabalho, junto a condições ruins de trabalho. A maioria dos professores sofre de algum tipo de adoecimento, seja físico ou mental.

Na metodologia do estudo indicou-se que o mesmo teve corte transversal, sendo realizado junto a professores de Londrina, Paraná, no período de julho a dezembro de 2014, aplicando questionários como o International Physical Activity Questionnaire (IPAQ) e o SRQ-20. O estudo buscou uma relação entre o uso de medicamentos e algumas questões sociodemográficas, laborais, de estilo de vida e doenças dos professores.

Em relação aos resultados do estudo, os autores encontraram que quase 60% dos professores utilizavam medicamentos. Esses medicamentos eram principalmente utilizados por causa de problemas cardiometabólicos, como uso de TV e sobrepeso; psicológicos como os TMC; ortopédicos, como os musculoesqueléticos; respiratórios, como problemas com poeira e gastrointestinais, devido a falta de atividades físicas.

Sobre limitações, os autores dizem algumas como o fato do método do autorrelato estar sujeito a um viés de memória e por isso não ser perfeito, a impossibilidade de identificar exatamente as relações de causalidade entre as variáveis estudadas e a falta de acesso a detalhes das medicações, como quantidade e interrupção no uso e além disso, também se depararam com o dilema do trabalhador sadio, já que só participaram aqueles que estavam trabalhando, sendo que os afastados poderiam estar mais doentes do que aqueles que seguiam trabalhando adoecidos. Como sugestões, o estudo diz que são necessários programas de apoio que envolvam o controle e redução do uso de medicamentos entre professores do ensino fundamental, para que não se intensifiquem as doenças crônicas, físicas e os TMC. Esses programas devem atuar em relação às deficiências das escolas, que dão baixo suporte de trabalho e estruturas ruins.

4.1.10 SANTOS, ESPINOSA E MARCON (2020)

O estudo “Qualidade de vida, saúde e trabalho de professores no ensino fundamental” de Santos, Espinosa e Marcon (2020) teve o objetivo de avaliar a qualidade de vida de professores do ensino fundamental e comparar com fatores sociodemográficos, situação funcional, distúrbios da voz, transtornos mentais comuns e sintomas osteomusculares.

O referencial teórico do estudo apontou que no processo de saúde-doença, o trabalho é considerado um determinante social e influencia muito a saúde e a qualidade de vida (QV). O trabalho do professor é considerado complexo e cheio de demandas que então refletem na QV.

O trabalho difícil dos professores causa o adoecimento físico e mental, devido a tamanha carga horária, excesso de uso da voz e demais condições de trabalho.

A metodologia utilizada indicou um estudo de corte transversal, com 403 professores do ensino fundamental da rede pública municipal de Cuiabá, Mato Grosso, selecionados por amostragem probabilística. Eles analisaram por meio de estatísticas diversas os dados coletados pelos instrumentos World Health Organization Quality Life-bref (WHOQOL-bref), Condição de Produção Vocal do Professor, Índice de Triagem de Distúrbio de Voz, o Self-Reporting Questionnaire e o Nordic Musculoskeletal Questionnaire.

Em relação aos resultados do estudo, encontraram que a qualidade de vida sofre menos influência quanto às questões de ambiente de trabalho. O estudo também encontrou problemas de voz, TMC e problemas osteomusculares. Esses problemas afetam a percepção de saúde dos professores e também a qualidade de vida.

Sobre limitações e sugestões, os autores dizem que o estudo não pôde identificar relação de causalidade entre as variáveis e também não considerou professores afastados, sendo essas limitações, possíveis aberturas para novos estudos serem considerados.

4.1.11 BRUN, MONTEIRO E ABS (2021)

O estudo “Trabalho e transtornos mentais comuns em professores do ensino privado: modelo teórico” de Brun, Monteiro e Abs (2021) teve o objetivo de propor um modelo teórico que explicasse a relação entre o contexto do trabalho, vivências de prazer e sofrimento e transtornos mentais comuns entre docentes.

O referencial teórico do estudo trouxe uma discussão sobre o trabalho dos professores, marcado por grande carga de trabalho, carga emocional e intelectual, destacando que o seu papel vai além da sala de aula, pois tem que se envolver com a família e a comunidade que faz parte, além de pensar em todo processo de ensino e aprendizagem. Tudo isso gera muito trabalho, desgaste e adoecimento.

A metodologia do estudo, de corte transversal e natureza explicativa, indicou a utilização de coleta de dados online junto a uma amostra de 740 professores do ensino privado do Rio Grande do Sul. Os instrumentos de coleta foram o Self Report Questionnaire, a Escala de Avaliação de Contexto de Trabalho e a Escala de Indicadores de Prazer e Sofrimento no Trabalho.

Em relação aos resultados do estudo, foi observado que essa diversidade de tarefas e atuações dos professores influenciavam a prevalência de TMC. As relações sociais,

organização do trabalho, realização profissional e esgotamento emocional foram fatores que levaram aos transtornos mentais comuns. O estudo criticou a lógica de produtividade capitalista, a geração de mais-valia em cima dos trabalhadores e apontou que seria necessária a satisfação dos profissionais para bons resultados coletivos e de saúde.

Sobre limitações, o estudo diz que o modelo proposto não considerou todas as variáveis que influenciam os TMCs. Sobre sugestões, os autores indicaram que seriam necessárias intervenções com partilhas de experiências para fortalecer o coletivo e aumentar a confiança dos funcionários. Eles também sugeriram políticas públicas de promoção e prevenção de saúde mental e também a promoção de uma cultura que valoriza o professor no âmbito da gestão pública de todo o país.

4.1.12 COLEDAM et al. (2021)

O estudo “Autopercepção de saúde em professores: prevalência, preditores e impacto no absenteísmo, presenteísmo e licenças médicas” de Coledam et al. (2021) teve o objetivo de determinar a prevalência e os fatores associados à autopercepção de adoecimento em professores do ensino fundamental e investigar se essas condições seriam preditoras de absenteísmo, presenteísmo e licenças médicas.

O referencial teórico do estudo trata da autopercepção de saúde como importante para medir a saúde das pessoas. Tratando-se do caso de professores, afirma ser importante conhecer as variáveis preditoras sociodemográficas, ocupacionais e de saúde, já que o impacto da autopercepção de saúde no absenteísmo, presenteísmo e licenças médicas são desconhecidos.

A metodologia do estudo, de corte transversal, indica que contou com uma amostra de 493 professores da cidade de Londrina, Paraná. A foi feita por meio de um questionário de autorrelato para avaliar a autopercepção de saúde, questões sociodemográficas, ocupacionais e de estilo de vida, indicadores de saúde, presença de doenças crônicas e incapacidade e as taxas de absenteísmo, presenteísmo e licenças médicas. Técnicas estatísticas foram empregadas para a análise dos dados.

Em relação aos resultados, a prevalência de autopercepção de saúde ruim foi de 16,4%. Foi revelado que o plano de saúde, infraestrutura escolar inadequada, atividade física, distúrbios vocais, percepção de baixa aptidão, transtornos mentais comuns, exaustão emocional, baixa realização pessoal, doença crônica e incapacidade por distúrbios musculoesqueléticos se mostraram como preditores significativos de autopercepção negativa

de saúde.

Sobre limitações e sugestões, os autores dizem que não foi possível ver relações de causa e efeito. O questionário de autorrelato pode ser influenciado por questões de memória e a autoavaliação de saúde é uma coisa individual que vai da compreensão de cada um. Essas limitações são possíveis aberturas para realização de novos estudos.

4.1.13 PINHO et al. (2021)

O estudo “Trabalho remoto docente e saúde: repercussões das novas exigências em razão da pandemia da Covid- 19” de Pinho et al. (2021) teve o objetivo de descrever características do trabalho remoto, situação de saúde mental e qualidade de sono durante a pandemia de COVID-19, junto a professores da Bahia.

O referencial teórico do estudo indica que a pandemia de COVID-19 causou danos e mudanças na sociedade e a profissão de professor, que já era conhecida por ser difícil e trabalhosa, se tornou mais desafiadora. A pandemia fez com que o trabalho do professor ficasse ainda mais precarizado.

No que se refere à metodologia do estudo, adotou-se o corte transversal. Foi conduzido uma web survey, seguindo protocolo Checklist for Reporting Results of Internet E-Surveys (CHERRIES), utilizando os questionários SRQ-20 e o Mini-Sleep Questionnaire (MSQ) junto a professoras/es de todos os níveis de ensino da rede particular do estado. Participaram 1.444 docentes, de 18 a 30 de julho de 2020. Analisaram os dados por meio de técnicas estatísticas.

Em relação aos resultados do estudo, foi apontado que a situação de saúde conforme os níveis de ensino apresentou diferenças expressivas. Maior dramaticidade para os docentes da educação infantil e do fundamental I, seja na saúde mental (prevalência de TMC em 74,6% e 74,1%), seja na qualidade do sono ruim (85,5% e 89,0%). A prevalência de TMC ocorreu em quem tinha alta sobrecarga doméstica, medo de ficar desempregado e não estava capacitado para o uso de ferramentas digitais. Na pandemia, 51,4% relataram alterações no contrato de trabalho e 76,8%, aumento da jornada laboral. O ambiente domiciliar e equipamentos tinham baixo nível de adequação ao trabalho remoto: espaço físico (19,6%), mobiliário (21,7%), nível de ruído (17,2%), computadores (44,5%) e internet banda larga (36,7%). Entre as mulheres, 42,3% referiram sobrecarga doméstica alta; entre os homens, 17,4%. As mulheres apresentaram situação de saúde preocupante, destacando-se crises de ansiedade (53,7%), mau humor (78,0%), transtornos mentais comuns (69,0%) e qualidade do

sono ruim (84,6%). A pandemia remodelou as formas de exercer o ofício docente. O trabalho, transferido para a casa, se sobrepôs às atividades domésticas e familiares, produzindo consequências à saúde docente que, mesmo pouco conhecidas, foram alarmantes.

Sobre limitações e sugestões, os autores dizem que tiveram uma baixa taxa de resposta (29%) para estudos epidemiológicos, da pandemia da COVID-19. Eles destacam que foi devido ao momento de pandemia. Com os resultados encontrados, o estudo sugere ações imediatas no cuidar da saúde de uma profissão tão importante para o futuro da sociedade.

4.1.14 ABREU E JUNIOR (2022)

O artigo intitulado “Estudo epidemiológico dos servidores afastados por transtornos mentais em uma instituição pública de educação” de Abreu e Junior (2022) teve o objetivo de investigar as características sociodemográficas, ocupacionais e de morbidade dos servidores que tiveram licenças por transtorno mental e comportamental (TMC), bem como as associações dessas características com o afastamento precoce.

O referencial teórico do estudo apontou que no Brasil os TMC são responsáveis por grande parte da incapacidade de trabalhar, chegando a 9% dos casos de invalidez de 2012 a 2016. Esse problema tem chamado a atenção de diversos países e tem gerado custos sociais, como adoecimento e econômicos, como improdutividade e custos de saúde.

No que se refere à metodologia, foi realizado um estudo longitudinal junto ao Instituto Federal de Educação do Ceará (IFCE), identificando o perfil dos professores afastados por TMC entre 2010 e 2018, considerando sexo, cargo, local de trabalho, tempo de serviço, estado civil, faixa etária e remuneração, relacionando com o afastamento precoce desses profissionais. A coleta foi feita a partir dos prontuários físicos e eletrônicos presentes no Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) do Instituto Federal de Educação do Ceará (IFCE). Analisaram os dados por meio de procedimentos estatísticos.

Conforme os resultados do estudo, ocorreram 684 afastamentos por TMC em 250 servidores (incidência de 4,9%), resultando em 22.409 dias perdidos de trabalho (DAW) e efeitos financeiros de aproximadamente R\$6.845.220. Identificaram que as mulheres foram as que mais estavam mais afastadas, ainda que não representassem a maioria do corpo de trabalho. Eles associaram isso à carga de trabalho maior que existe para o público feminino, com as tarefas domésticas e familiares, além de assédio e desigualdades de gênero. Encontraram também que as pessoas mais jovens (18 a 39 anos) estavam mais afastadas, isso

devido à intensidade de trabalho, além de que pessoas solteiras, com tempo de serviço de 9 anos ou menos, da zona rural e de classe C também foram afastadas precocemente.

Sobre limitações e sugestões, os autores mencionaram que os dados secundários utilizados sofriam de subnotificação. Houve também a falta de compreensão sobre dois casos de afastamento por Transtornos Comportamentais e Emocionais, que costumam estar relacionados a problemas na infância, não sendo possível o entendimento ideal da situação. Não foram investigados fatores importantes relacionados à doença mental e ao absenteísmo, como hábitos e estilo de vida, exposição a fatores ocupacionais e condições de saúde prévias. Teve também limitações do uso do Kaplan-Meier, que não permite covariância com outras variáveis independentes e por fim a falta de dados de antes de 2010. Eles sugeriram a promoção de ambientes de trabalho saudáveis e cuidar adequadamente dos professores. Sugeriram também analisar mais detalhadamente a associação entre fatores epidemiológicos e afastamentos por TMC, bem como explorar o nexos causal doença-trabalho.

4.1.15 COLEDAM et al. (2022)

O estudo “Prevalência de Transtornos Mentais Comuns em trabalhadores brasileiros: revisão sistemática e meta-análise” de Coledam et al. (2022) teve o objetivo de descrever a prevalência de transtornos mentais comuns (TMC) em trabalhadores brasileiros por meio de uma revisão sistemática e meta-análise.

O referencial teórico do estudo aborda a questão dos TMC se mostrarem cada vez mais comuns e a maior propensão das pessoas a desenvolver esse tipo de transtorno. Tanto a falta de emprego quanto um emprego ruim podem gerar TMC. Esse emprego ruim pode ser tensão no trabalho, assédio, insegurança, sobrecarga. No Brasil esse problema tem sido cada vez mais comum.

Eles utilizaram como metodologia uma revisão sistemática. As buscas dos textos foram realizadas no SciELO, LILACS, PubMed, Scopus e Web of Science. Artigos observacionais, com amostra de trabalhadores brasileiros, que utilizaram instrumento e ponto de corte validados e que apresentaram valor de prevalência foram incluídos. Foram realizadas a meta-análise com efeito aleatório utilizando as categorias profissionais como subgrupos e a meta-regressão. Foram incluídos 89 estudos, com um total de 56.278 trabalhadores de 26 categorias profissionais.

Os resultados do estudo demonstraram que a prevalência combinada de transtornos mentais comuns entre trabalhadores brasileiros de 26 categorias profissionais foi de 30%. As

categorias prostituta, educadores sociais, bancários, catadores e professores apresentaram as maiores prevalências (40% a 58%), enquanto médicos, motoristas, dentistas, etc., apresentaram as menores prevalências (7% a 18%). Fatores socioeconômicos e violência são fatores relacionados às profissões com alto índice de TMC.

Sobre limitações e sugestões, os autores dizem que tiveram limitações sobre as palavras-chave usadas, já que elas não podem abranger tudo sobre o assunto, como por exemplo, a falta de estudos sobre depressão e ansiedade. Além disso, estudos futuros devem considerar também as categorias profissionais e regiões do Brasil que receberam pouca atenção até o momento.

4.2 AGENDA DE ESTUDOS FUTUROS

Para ajudar nas pesquisas futuras sobre o assunto, o Quadro 1 traz uma agenda de estudos futuros proposta pelos cinco artigos mais recentes da revisão.

Quadro 1 - Agenda de estudos futuros

Artigo	Sugestões
Brun, Monteiro e Abs (2021)	Estudar sobre intervenções com partilhas de experiências para fortalecer o coletivo e aumentar a confiança dos funcionários. Estudar também políticas públicas de promoção e prevenção de saúde mental e promoção de valorização do professor.
Coledam et al. (2021)	Estudar relações de causa e efeito dos TMC.
Pinho et al. (2021)	Aumentar a taxa de resposta para estudos epidemiológicos para complementar o estudo feito com as limitações da pandemia e analisar os impactos da pandemia COVID-19 nos docentes, e em como foram capacitados, para se adequarem às aulas a distância.
Abreu e Junior (2022)	Analisar detalhadamente a associação entre fatores epidemiológicos e afastamentos por TMC, bem como explorar o nexo causal doença-trabalho.
Coledam et al. (2022)	Considerar quadros de depressão e ansiedade e considerar também as categorias profissionais e regiões do Brasil que receberam pouca atenção até o momento.

Fonte: elaborado pela autora.

A agenda de estudos futuros reflete questões que foram presentes em boa parte dos

artigos, como a necessidade de se discutir sobre políticas públicas que cuidem dos professores e a de estudos que possibilitem estabelecer relações de causalidade entre as variáveis analisadas e a ocorrência de TMC. Esses dois pontos são questões que precisam da atuação de diversas áreas do conhecimento, como a Sociologia, Administração Pública, Psicologia e demais áreas das ciências da saúde, principalmente considerando o entendimento de ter saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas como a ausência de doença ou enfermidade” (IFRS, 2020, p. 1). Para ser satisfeita, essa condição deve passar por diversas áreas do conhecimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após análise dos artigos selecionados e do conteúdo neles trazido, pode-se observar como a categoria docente sofre constantemente com a ocorrência de TMC, com indicações de que estes podem estar sendo ocasionados pelo cotidiano de seus trabalhos, com enfrentamentos das diversas dificuldades impostas pelo trabalho executado, violência sofrida, sobrecarga, entre muitos outros fatores, que ocasionam direta e indiretamente o adoecimento desses profissionais.

Relata-se que é de relevância que instituições de ensino preparem seu ambiente para que ocorra a prevenção e não propagação da patologia em todos em que ali atuam, pois não se trata de uma doença transmissível, mas um ambiente repleto de condições desfavoráveis que ocasiona de certa forma o descontentamento coletivo e por sua vez a chance de ocorrer com mais frequência o surgimento do TMC.

Os artigos analisados reforçam que o excesso de trabalho causado, por sua vez, por situações nas quais, muitas vezes, os professores, se veem expostos a baixos salários e más condições de trabalho, os faz por exemplo, ter que procurar um jeito de obter estrutura suficiente para apresentarem suas aulas, por conta própria, sendo que muitas escolas, não apresentam sequer estrutura, para que estes possam executar seus trabalhos. Isso pode interferir em sua saúde mental, no seu dia a dia e também no seu profissionalismo, mostrando que por mais que sejam atuantes em profissões que sempre almejavam, essa patologia os atinge.

Indica-se que sejam realizadas novas pesquisas, pois constantemente vemos como cresce a quantidade de docentes com Transtornos Mentais Comuns, nos últimos anos estudados, além disso, também é viável a investigação do que ocorre com os docentes quando

estes descobrem a patologia e como ocorre após este fato, pois tratando-se de saúde mental, podem ocorrer diversas reações.

REFERÊNCIAS

- ABREU, F. S.; JUNIOR, G. B. S. Estudo epidemiológico dos servidores afastados por transtornos mentais em uma instituição pública de educação. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 35, p. 1-11, 2022.
- ALBUQUERQUE, G. S. C. et al. Exploração e sofrimento mental de professores: um estudo na rede estadual de ensino do Paraná. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 1287-1300, 2018.
- ARAUJO, T. M.; CARVALHO, F. M. Condições de trabalho docente e saúde na Bahia: estudos epidemiológicos. **Revista Educação & Sociedade**, v. 30, n. 107, p. 427-449, 2009.
- BALDAÇARA, L. et al. Sintomas psiquiátricos comuns em professores das escolas públicas de Palmas, Tocantins, Brasil. Um estudo observacional transversal. **Revista Short communication**, v. 133, n. 5, p. 435-438, 2015
- BORGES, L. O.; JOÃO, C. T. A. Adaptação e validação de uma escala de bem-estar psicológico para uso em estudos ocupacionais. **Revista Avaliação Psicológica**, v. 1, p. 17-27, 2002.
- BRUN, L. G.; MONTEIRO, J. K.; ABS, D. Trabalho e transtornos mentais comuns em professores da educação privada: modelo teórico. **Revista Psychology of Health**, v. 31, p. 1-10, 2021.
- CAMPOS, F. M.; ARAUJO, T. M.; VIOLA, D. N. Estresse ocupacional e saúde mental no trabalho em saúde: desigualdade de gênero e raça. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 28, n. 4, p. 579-589, 2020.
- CAMPOS, T. C.; VÉRAS, R. M.; ARAÚJO, T. M. Transtornos Mentais Comuns em docentes do ensino superior: evidências de aspectos sociodemográficos e do trabalho. **Avaliação**, v. 25, n. 3, p. 745-768, 2020.
- CARTIERI, R. B.; OSES, J. P.; CARDOSO, F. A.; et, al. Um olhar mais atento à epidemiologia da esquizofrenia e de transtornos mentais comuns no Brasil. **Dement Neuropsychol**, v. 14, n. 3, p. 283-289, 2020.
- CEBALLOS, A. G. C.; SANTOS, G. B. Fatores Associados à Dor Musculoesquelética em Professores: Aspectos Sociodemográficos, Saúde Geral e Bem-Estar no Trabalho. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 18, n. 3, p. 702-715, 2015.

COLEDAM, D. H. C; ALVES, T. A; ARRUDA, G. A; et al. Prevalência de transtornos mentais comuns em trabalhadores brasileiros: revisão sistemática e meta-análise. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v. 27, n. 4, p. 579-591, 2022.

COLEDAM, D. H. C; SILVA, Y. M. Uso de medicamentos prescritos em professores do ensino fundamental: Prevalência e fatores associados. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 18, n. 3, p. 702 – 715, 2020.

COLEDAM, D. H. C. et al. Autopercepção de saúde em professores: prevalência, preditores e impacto no absenteísmo, presenteísmo e licenças médicas. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, v. 19, n. 4, p. 426-436, 2021.

DIEHL, L; MARIN, A. G. Adoecimento mental em professores brasileiros: revisão sistemática de literatura. **Revista Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, v. 7, n. 2, p. 64-85, 2016.

FELDEN, P. E. et al. Estresse relacionado ao trabalho em professores de educação básica. **Revista Ciência & Trabalho**, v. 16, n. 51, p. 206-210, 2014.

FERREIRA, R. C et al. Transtorno Mental e estressores no trabalho entre professores universitários da área da saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 13, n. 1, p. 135-155, 2015.

GRAPIGLIA, C. Z. et al. Fatores associados aos transtornos mentais comuns: estudo baseado em clusters de mulheres. **Revista de Saúde Pública**, v. 55, p. 1-13, 2021.

GRECO, P. B. T. et al. Prevalência de distúrbios psíquicos menores em agentes socioeducadores do Rio Grande Do Sul. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 68, n. 1, p. 93-101, 2015.

LIMA, A. F. T; COELHO, V. M. S; CEBALLOS, A. G. C. Violência na escola e transtornos mentais comuns em professores. **Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental**, n. 18, 2017.

LIMONJI, J. E; MACHADO, L. C. Prevalência e fatores relacionados a transtornos mentais comuns entre professores da rede municipal de ensino, Minas Gerais, Brasil. **Revista Brasileira de Medicina e Trabalho**, v. 17, n. 3, p. 325-334, 2019.

MACHADO, L. C; LIMONGI, J. E. Prevalência e fatores relacionados a transtornos mentais comuns entre professores da rede municipal de ensino Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, v. 17, n. 3, p. 325 – 334, 2019.

MATTOS, A. I. S; ARAÚJO, T. M; ALMEIDA, M. M. G. Interação entre demanda-controle e apoio social na ocorrência de transtornos mentais comuns. **Revista de Saúde Pública**, v. 51, p. 1-9, 2017.

MEUCCI, R. D; SOARES, P. S. M. Epidemiologia dos Transtornos Mentais Comuns entre mulheres na zona rural de Rio Grande, RS, Brasil. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 8, p. 3087-3095, 2020.

MOTA, C. A.; SILVA, A. K. L.; AMORIN, K. Prevalência de transtornos mentais comuns em servidores técnico-administrativos em educação. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, v. 20, n. 1, p. 891-898, 2021.

PETTERLE, R. R. et al. Sofrimento Mental de professores do ensino público. **Revista Saúde e Debate**, v. 42, n. 116, p. 87-99, 2018.

PINHO, P. S.; FREITAS, A. M. C.; CARDOSO, M. C. B.; Trabalho remoto docente e saúde: repercussões das novas exigências em razão da pandemia da Covid- 19. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, p. 1-21, 2021

PIRES, R. R. Excesso de confiança e otimismo em decisões empresariais. 2022. 32 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciência e Economia) - **Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas**, [S. l.], 2022. Disponível em:<https://sistemas.unifal-mg.edu.br/app/lib/classes/arquivo.php?acao=download&nomePasta=piepex/discente/arquivosTCP&nomeArquivo=Excesso de Confianca e Otimismo em Decisoes empresariais_6304ede653204.pdf>

REIS, E. J. F. B.; CARVALHO, F. M. Trabalho e distúrbios psíquicos em professores da rede municipal de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21, n. 5, p. 1480-1490, 2005.

ROMERO, D. L et al. Transtornos mentais comuns em educadores sociais. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 65, n. 4, p. 322-329, 2016.

SANTOS, E. C. et al. Fatores associados à insatisfação com a saúde de professores do ensino fundamental. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 73, n. 5, p. 1-9, 2019.

SANTOS, E. C.; ESPINOSA, M. M.; MARCON, S. R. Qualidade de vida, saúde e trabalho de professores no ensino fundamental. **Revista Acta Paulista de Enfermagem**, v. 33, p. 1-8, 2020.

SANTOS, E. G.; SIQUEIRA, M. M. Prevalência dos transtornos mentais na população adulta brasileira: uma revisão sistemática de 1997 a 2009. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 59, n. 3, p. 238-246, 2010.

SOUZA, L. P. S.; BARBOSA, B. B.; SILVA, C. S. O; et, al. Prevalência de transtornos mentais comuns em adultos no contexto da Atenção Primária à Saúde. **Revista Portuguesa de Enfermagem e Saúde Mental**, n. 18, p. 59-66, 2017.

TAVARES, J. P. et al. Produção científica sobre os distúrbios psíquicos menores a partir do Self Report Questionnaire. **Revista de Enfermagem da UFSM**, v. 1, p. 113-123, 2011.

TAVARES, J. P. et al. Prevalência de distúrbios psíquicos menores em enfermeiros docentes. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v. 18, n. 3, p. 407-414, 2014.